

Sarney decide enfrentar os governadores

O presidente José Sarney está disposto a enfrentar a força política dos governadores, que reconhece ser grande, e poderá até mesmo recorrer a uma cadeia nacional de rádio e televisão, para contar à sociedade brasileira "a história real da dívida externa dos Estados", que não é paga desde 1983.

Sarney está confiando na pressão que os participantes do pacto social — empresários e trabalhadores — poderão fazer sobre os governadores e sobre os parlamentares, principalmente, em relação à dívida externa dos Estados. Acredita, por isso, em uma vitória, no Congresso Nacional.

Ele não faz questão do ônus político de uma briga com os governadores, mas se não for possível o entendimento, como indica a evolução dos fatos, irá responsabilizar os administradores estaduais pela impossibilidade de controlar a inflação, já que o não-pagamento das dívidas, nos percentuais desejados pelo Governo, comprometeria a política de contenção do déficit público.

Se não houver acordo — o presidente José Sarney não abre mão da proposta enviada ao Congresso — o Governo tem duas opções para preencher o buraco de caixa, deixando com o pagamento da dívida aos credores externos: cobrar através da Justiça; ou segurar verbas que estejam em trânsito pela Secretaria do Tesouro.

Sarney está irritado com os governadores, especialmente com Orestes Quêrcia, Newton Cardoso e Moreira Franco, e não tem nenhuma intenção de boa vontade para com eles, embora não eleja a opção do confronto para a solução do problema da dívida.

A cobrança por via judicial não é encarada com muito entusiasmo,

porque levaria muito tempo, e o problema do Governo é dinheiro. A retenção de verbas, também, só é cogitada como último recurso, exatamente pelo ônus político de uma medida desse nível.

A saída é a vitória no Congresso Nacional. É aí que o presidente José Sarney conta com a pressão dos participantes do pacto social, dentro do esforço comum para a redução do déficit público e o controle da inflação.

Enfim, o Governo diz não querer o confronto, mas está convencido de que é praticamente impossível evitá-lo, pela intransigência das duas partes: os governadores não aceitam a proposta governamental; e o Executivo não abre mão da cobrança da dívida, nos percentuais que enviou ao Congresso Nacional.

Nessa queda-de-braço, ao que tudo indica inevitável, o presidente José Sarney pretende acrescentar ao apoio que espera dos participantes do pacto o esclarecimento à sociedade, de que os governadores estão fugindo da responsabilidade de contribuir para o controle da inflação.

Ao contrário das informações do deputado Ulysses Guimarães, de que os Estados não têm como pagar suas dívidas, o Governo afirma que sim, que eles podem pagar, especialmente depois da reforma tributária determinada pela Constituição.

Diz saber ainda, o Governo, que a firmeza de posição dos governadores, ou intransigência, como prefere o Palácio do Planalto, não se deve a nenhum motivo político, mas a problemas de caixa mesmo: eles precisam de dinheiro para fazer novas obras, para compensar a derrota nas eleições municipais.